

RUMO À EQUIDADE

Mais espaço para elas

Confira avanços e desafios das mulheres na carreira diplomática brasileira. Ao **Correio**, especialistas apontam caminhos possíveis para a igualdade, prevista para ser alcançada apenas em 2110

O percentual feminino na carreira diplomática é considerado baixo, representando 23% do total — cerca de 354 de 1.539 diplomatas. Essa proporção tem se mantido estável há pelo menos duas décadas, mesmo com a oferta de 100 vagas por ano, como ocorreu nos concursos de 2006 a 2011. Relatório de 2023 do Ministério das Relações Exteriores (MRE), o mais recente divulgado pelo órgão, revela um cenário preocupante também em postos de liderança: mulheres ocupam apenas 16% das posições de chefia e 22% dos cargos de embaixador. Nesse ritmo, a Associação das Mulheres Diplomatas Brasileiras (AMDB) alerta que a igualdade de recrutamento só será alcançada em 2110.

“Coisa de homem”

Para a ministra conselheira do Ministério das Relações Exteriores (MRE) Viviane Rios Balbino, os desafios começam com a percepção, “não tão distante da realidade”, de que a carreira diplomática não é para mulheres. “De maneira semelhante à carreira militar, a (diplomática) foi estruturada para que homens a ocupassem. Esses papéis fixos de gênero foram questionados nas últimas décadas, seja pelos novos formatos de família (homoafetivas, principalmente), seja pelas legítimas aspirações profissionais das esposas de diplomatas”, expõe.

Autora das publicações *Diplomata: substantivo comum de dois gêneros e Terá a paz rosto de mulher*, Viviane afirma que essa estrutura disfuncional desestimula potenciais candidatas e até suas famílias. “É conhecido o diferente apoio, inclusive financeiro, dado pelas famílias a rapazes que se preparam, às vezes por anos a fio, para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD), e às moças. Uma maneira de corrigir a percepção que afasta as mulheres do concurso seria nomear mulheres, em números paritários, para funções de grande visibilidade”, propõe, citando os cargos de secretários (terceiro escalão do MRE) e as

Arquivo pessoal



Embaixadora Mitzi Gurgel, diretora-geral do Instituto Rio Branco: “Mulheres têm mais chance”

chefias dos postos de maior prestígio no exterior (categoria “A”).

Recorte racial

Conforme o *Boletim Estatístico Étnico-Racial do Serviço Exterior Brasileiro de 2024*, cerca de 3% do corpo diplomático nacional é composto por mulheres negras. Além da atualização do último edital do CACD, visando equilíbrio de gênero na carreira, “elas também se beneficiam de ação afirmativa implementada pela IN 23/2023, do MGI, que determina a chamada do mesmo número de candidatos da ampla concorrência e pelas cotas raciais para as diferentes fases do concurso. Haverá, portanto, mais chances de mulheres negras alcançarem a fase discursiva do certame”, afirma ao **Correio** a diretora-geral do Instituto Rio Branco, embaixadora Mitzi Gurgel Valente da Costa. Não vigoram, porém, cotas específicas para mulheres nem para mulheres negras.

Reprodução/AMDB



Maria José de Castro Rebello Mendes foi primeira mulher a ingressar no serviço diplomático brasileiro. Aprovada em primeiro lugar no concurso de 1918, teve o pedido de inscrição rejeitado pelo MRE, decisão que foi posteriormente revogada com o auxílio do jurista Ruy Barbosa.

Fonte: AMDB

Arquivo pessoal



Ministra Vanessa Dolce, alta representante da APSD: “Brasil abaixo da média mundial”

aspectos no contexto internacional. “Com relação a outros países, a presença feminina foi, em geral, mais baixa em todas as chancelarias. Argentina, Chile, México e Paraguai, por exemplo, já contavam com ações de paridade no serviço público, inclusive, na chancelaria. Isso para não falar de países europeus, africanos e asiáticos.”

Nesse sentido, a alta representante para temas de gênero da Assessoria de Participação Social e Diversidade do MRE (APSD), ministra Vanessa Dolce de Faria, completa: “No Congresso Nacional, são apenas cerca de 18% de nossos representantes — abaixo da média mundial e aquém de todos os nossos vizinhos na região”. Criado em 2023, o APSD tem buscado ampliar o número de mulheres nas categorias mais altas e em posições de chefia no Brasil e no exterior.

Vitória histórica

Em abril deste ano, a AMDB, entidade protagonista na luta, encomendou um parecer jurídico ao MRE reivindicando a constitucionalidade e a implementação das cotas de gênero para o CACD 2024. Apesar da mudança na dinâmica convocatória de vagas, o edital não acolheu o pedido.

“Aguardaremos os resultados das provas para avaliar se a medida resultará em equilíbrio maior entre o número de homens e mulheres que é de fato aprovado ao final da seleção. Mas consideramos essa medida salutar e uma vitória da mobilização das mulheres diplomatas. Queremos ter uma diplomacia com a cara do Brasil, com mais mulheres e outras parcelas da população historicamente excluídas da carreira”, afirma a vice-presidente da AMDB, Laís Garcia, que está como presidente interina da entidade. (MR)

Transexualidade

Na carreira diplomática brasileira, não há registro oficial de mulheres transexuais — que não se identificam com o gênero masculino atribuído no nascimento. O reconhecimento da identidade de gênero, porém, é uma possibilidade no concurso. “A mulher trans tem direito ao reconhecimento da sua identidade. O edital prevê que as publicações referentes aos candidatos transexuais ou travestis serão realizadas de acordo com o nome e o gênero constantes no registro civil. Sendo assim, para convocação na segunda fase do concurso, em especial nas vagas designadas às mulheres, precisará ter a mudança de gênero no registro civil”, explica Camilla Cândido, da LBS Advogadas e Advogados.

Panorama global

De acordo com Viviane Balbino, o Brasil está atrasado em vários



Leia a matéria completa no site
www.correio braziliense.com.br/euestudante